

ESTABILIDADE E FASQUIA

Na tradição , pois o Guia do Autarca original já entrou na sua 6ª edição , escolhemos o meio do mandato, de 4 anos , para passar a limpo as rasuras que vamos desenhando no nosso exemplar de prova e assim republicar , o mais possível actualizado, este manual de consulta do poder e legislação autarca.

O Diário de Noticias, uma vez mais , nos acompanhou , com um cavalheirismo exemplar , percebendo o porquê desta necessidade que é devida aos leitores que , em Março de 2002 , adquiriram o Guia.

Talvez que noutra País , ou no nosso em outro tempo , não fosse importante esta acção , por a estabilidade de quem é eleito garantir a actualidade , mas aqui o costume , o mau , não se compôs ainda , e as particularidades de cada um parecem ser muito mais importantes que o voto popular , para evitar a dança das substituições e das renúncias.

Resta saber se esta edição será a última com a legislação que, actualmente, governa as autarquias ou se a próxima já terá as novas contas e contos que se sussurram , nomeadamente a questão dos executivos (se continuam eleitos ou passarão a nomeados) a duração dos mandatos , os salários e o facto de se tratar todas as autarquias por igual , quando elas são todas tão diferentes. É natural , ou assim o parece, que se discuta a duração dos mandatos em democracia , embora tal dissimule uma contradição , mas o que já espanta é que algumas vozes que defendem a limitação temporal dos mandatos só o fazem para determinados cargos e nunca para outros , como os sindicais , partidários , organizações de trabalhadores , por exemplo.

Muitos dos ilustres nomes que pousam nas paginas que se seguem ocuparam , neste mesmo mandato , uma cadeira na Assembleia da Republica por um dia , dois ou pouco mais, pois integraram listas partidárias nas eleições legislativas e foram naturalmente eleitos , entrando para o seu lugar os substitutos.

Regressaram depois à autarquia , para substituir o substituto que entretanto os substituiu.

Será assim que deve ser?

As eleições passadas, perante a pasmeira geral , perdoe-se-nos a expressão ousada, derrubaram um governo , elevaram ao cimo da hierarquia e responsabilidade quem nunca pensaria lá chegar , perturbaram o seio partidário apagando estrelas e , com a elevação da fasquia curricular dos vencedores , aumentaram exponencialmente o peso político do poder local .Sobretudo porque foi descoberto , final ou tardiamente , que as autarquias representavam uma magnifica bolsa de emprego para os opositoristas ou perdedores de graças.

E o peso específico , neste caso também o político , das autarquias é tal , que quase faz esquecer aos actores a sua origem partidária , criadora da ascensão e não raras vezes alheia à queda , e que parece atrapalhar o caminhar desta nova força para além dos legítimos e razoáveis limites da necessidade das populações. Isto significa, ou pode querer significar, que nem sempre são necessárias revoluções ou terremotos , que normalmente descaracterizam centenárias edificações , danificam tradições ou perturbam hábitos , para se realizar a “obra” indispensável ao credito a conseguir pelo autor no seu caminho , agora crendo que individual , para o triunfo .

Por isso , ou talvez não , a fasquia da credibilidade política e conhecimento público , mesmo a nível nacional , subiu vários degraus e chegou ao topo da escala partidária de valores , á elite regional e local de individualidades e fez destas eleições um acto tão disputado e importante como o das regionais ou legislativas.

E ainda bem.

Manuel Pinto Machado

Resta saber , e o final do mandato naturalmente que o desenhará claramente , se esta aposta forte , dentro do jogo partidário , concede os resultados previsíveis ou se , e que seja desculpada a analogia , o custo/benefício não compensa.
A história cá estará para julgar isso.